

REQUERIMENTO Nº 666, DE 2015

Nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes as seguintes informações:

- 1) Acerca da previsão da paralisação de diversas obras no País, revelada em audiência pública ocorrida na Comissão de Infraestrutura do Senado, no dia 29 de abril, solicitamos que sejam encaminhadas as seguintes informações:
 - a) relação, por Estado, das obras sob a responsabilidade desse Ministério, com pagamentos em atraso, bem como previsão de regularização do fluxo financeiro para as referidas obras;
 - b) relação, por Estado, das obras paralisadas ou com cronograma físico atrasado em razão de falta de pagamentos.
- 2) Em que medida as obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) serão afetadas pelo programa de ajuste fiscal? Solicitamos encaminhar relação, por Estado, dos empreendimentos cuja execução será priorizada.

JUSTIFICATIVA

Por ocasião de audiência pública realizada na Comissão de Infraestrutura no dia 29 de abril passado, o Ministro dos Transportes revelou que várias obras no Brasil iriam parar e que ainda não tinha conhecimento do montante de recursos de investimentos que seriam disponibilizados para a sua pasta.

É uma situação preocupante, pois, se considerarmos os países emergentes, como Rússia, Índia, China, eles estão investindo em média

3,4% do PIB em infraestrutura de transportes, enquanto que o Brasil aplica apenas 0,6%.

É necessário, portanto, buscar informações acerca da prioridade que se dará aos recursos financeiros disponíveis para o Ministério dos Transportes no ano corrente, bem como a situação das inúmeras obras atrasadas ou paradas Brasil afora. Até porque o Governo Federal anunciou, no dia 22 de maio, que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), marca do governo petista, vai sofrer um corte orçamentário de R\$ 25,7 bilhões neste ano.

A demora na conclusão de obras contratadas impõe à população e aos usuários alto custo social, seja pelo aumento do tempo de viagem, do consumo de combustíveis ou da estatística de acidentes. Além disso, obras paralisadas podem levar à perda de serviços já executados, o que representa sério prejuízo ao Erário.

Por esses motivos, requeremos que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes o presente pedido de informações.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ AGRIPINO

(À Mesa para decisão)